



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura n.º 6/2020, em que é recorrente **Miguel João Duarte**, mandatário das listas apresentadas pelo **MPD** às eleições Municipais de 2020, em S. Vicente e recorrido o 1º Juízo Cível do **Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente**

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 38/2020

(Miguel João Duarte (Mandatários das Listas do MPD às Eleições Municipais de 2020) v. 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente, sobre inelegibilidade por existência de dívidas em mora)

I. Relatório

1. “*Miguel João Duarte, titular do BI n.º 233909, Mandatário da lista do MPD às eleições autárquicas de 25 de Outubro de 2020, em São Vicente, inconformado com a decisão do Meritíssimo Juiz proferida nos autos à margem referenciados, que admitiu as candidaturas da UCID, União Cabo-verdiana Independente e Democrática às referidas eleições, vem dela interpor recurso para o Tribunal Constitucional ao abrigo do disposto nos artigos 353º e seguintes do Código Eleitoral*”, o qual integra as seguintes alegações:

1.1. A Senhora “*Isidora Rodrigues dos Santos candidat[a] n.º 8 da lista dos efetivos à Assembleia Municipal é devedora em mora do Município no valor de 117 686\$00, referente ao IUP devido, não pago, taxa de saneamento e foro, e a Senhora “Sulamita Fortes Coronel, candidata n.º 18 da lista dos efetivos à Assembleia Municipal é devedora em mora do Município no valor de 360\$00 respeitante ao IUP devido a taxa anual de saneamento*”.

1.2. Isso porque, “[n]os termos do artigo 420º do Código eleitoral, não são elegíveis os devedores em mora do município pelo que a candidatura dos referidos candidatos devia ser rejeitada pelo Tribunal de Comarca. Como provam os documentos números 1 e 2 extraídos pelos serviços de administração fiscal municipal os candidatos suprarreferidos são efetivamente devedores do Município. Efetivamente, os devedores

encontram-se em mora, por enquanto não pagam os respectivos impostos (IUP) nas datas previstas para o pagamento”.

1.3. E que “[o]utrossim: 7. Mesmo que não lhe tivessem sido solicitados o pagamento, não cumpriram o disposto no número 3 do artigo 25º do regulamento do imposto único sobre o património regulado no decreto lei nº 18/99 de 26 de [a]bril. Nenhum cidadão pode alegar desconhecimento da lei em seu benefício, e além disso, todos os cidadãos contribuintes sabem que o IUP, é pago anualmente no mês de [a]bril e em setembro quando o montante da coleta for superior a 5 mil escudos, como resulta do nº 1 do artigo 26 do mesmo diploma”.

1.4. Assim sendo, por concluir-se que “as candidaturas suprarreferidas, não deveriam ter sido aceites pelo tribunal recorrido uma vez que por serem devedores do Município a luz da legislação não são elegíveis”, “requer-se aos venerandos juízes conselheiros do Tribunal Constitucional que julgue[m] precodente por provad[o] o presente recurso contencioso e consequentemente substitua[m] a decisão recorrida por uma outra que exclua os candidatos supra referidos das eleições de 25 de Outubro próximo, por não serem elegíveis”.

2. Recebida a peça pela Secretária do Tribunal Judicial de São Vicente no dia 24 de setembro, interveio despacho judicial do mesmo dia determinando que se notificasse o mandatário da lista que integra as visadas para, em querendo responder.

3. Fazendo uso dessa possibilidade, veio a Senhora Mandatária da candidatura das listas da UCID às mesmas eleições, através de peça protocolada no dia seguinte,

3.1. Pontuar que “1. Tendo em conta o montante mencionado por ele, a ser a pagar pela Sra. Isidora Rodrigues Santos que poderia ser pago até Dezembro deste ano e sem juros conforme informação que é dada no balcão de atendimento da CMSV. 2. Assim optamos por fazer a substituição da Isidora Rodrigues Santos em que ela sai e no seu lugar entra Viviane Ailine Oliveira dos Reis Rocheteau que pertencia à lista para [a] Câmara Municipal e acrescentando-se Dirceu José Pires da qual os documentos estão na posse do Tribunal para Lista da Câmara. Em anexo a lista reformulada para CMSV e AMSV. 3. Em relação a Sulamita Fortes Coronel, achamos mesmo uma aberração dizer

que 360 escudos tendo em conta que ela paga o mesmo todos os anos em Dezembro mas o pagamento já foi feito, em anexo o comprovativo”.

3.2. Considerar ter “*suprido na integra as supostas irregularidades apontadas pelo mandatário do MPD*”.

4. Neste Tribunal o processo conheceu a seguinte tramitação:

4.1. Foi recebido a 25 de setembro através de remessa eletrónica feita pelo Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente e distribuído no mesmo dia, cabendo, por sorteio, a relatoria ao JC Pina Delgado.

4.2. Marcada sessão de julgamento pelo JCP, a mesma realizou-se no dia seguinte, ficando, na sequência, o JCR incumbido de apresentar um projeto de acórdão na linha do que ficou decidido à luz da fundamentação consensualizada, o que fez nos termos expostos abaixo.

II. Fundamentação

1. Com a interposição deste recurso o recorrente pretende:

1.1. Que se desqualifique por inelegibilidade duas candidatas que integram as posições 8 e 18 da lista de candidatura à Assembleia Municipal apresentada pela União Caboverdeana Independente e Democrática, respetivamente as Senhoras Isidora Rodrigues Santos e Sulamita Fortes Coronel, por alegadamente terem dívidas em mora com o Município;

1.2. Na sua leitura, na medida em que mantém débitos para com o Município e decorrido o prazo de pagamento ainda não o fizeram estariam recobertas pela cláusula de inelegibilidade da alínea a) do artigo 420 do Código Eleitoral.

2. Antes de se conhecer do mérito deste recurso é determinante que se avalie se as condições de apreciação do recurso se encontram preenchidas, o que pressupõe que se

verifique se o recorrente tem legitimidade, se o Tribunal é competente e se foi oportunamente interposto. Por maioria de razão, releva fazer este juízo porque os recursos de impugnação de decisões relativas a aceitação de candidaturas não se sujeitam a juízo de admissibilidade do órgão recorrido, que se limita a recebê-las, a mandar notificar imediatamente os interessados e contrainteressados para reagir em querendo e a ordenar a sua subida a esta Corte.

2.1. Quanto à legitimidade, problemas não se colocam porque, na medida em que é mandatário das listas apresentadas por um partido político concorrente, e dispondo o artigo 354 que “*têm legitimidade para interpor recurso os candidatos, os mandatários das listas e os partidos políticos ou coligações concorrentes à eleição no círculo eleitoral*”, o Senhor Miguel João Duarte pode aceder a juízo para impugnar admissão de candidatos listados por candidatura adversária.

2.2. Sendo o Tribunal Constitucional competente para apreciar e decidir esse tipo em recurso de decisão relativa a apresentação de candidatura, haja em vista o que reza o artigo 353 do Código Eleitoral segundo o qual “*das decisões finais do Tribunal de Comarca relativas à apresentação de candidaturas cabe recurso para o Tribunal Constitucional (...)*”, não haverá dúvidas de que em relação ao objeto da impugnação do recorrente o pressuposto se encontra preenchido.

2.3. Por sua vez, em relação à tempestividade é de se notar que, na medida em que o despacho de admissão das listas apresentadas pela UCID foi notificado ao recorrente no dia 22 de setembro, às 16:24 e o recurso deu entrada, como é de lei, no tribunal de comarca no dia 24 de setembro, sem indicação de horário, foi recebida em tempo de ser apreciado.

2.4. Por conseguinte, é de se admitir o recurso, contudo com a ressalva de que a questão de se proceder eventualmente a uma avaliação autónoma do que requer em resposta a ilustre mandatária das listas da UCID de se trocar e reposicionar candidatos, na medida em que transcende o seu objeto específico, que é o de verificar se as duas candidatas são inelegíveis, só poderá ser tratada pelo Tribunal Constitucional caso seja uma decorrência desse problema central.

3. Em relação ao quadro probatório, note-se que o recorrente apresentou um documento intitulado “Notificação de Dívida”, portando as armas da República e o nome da Câmara Municipal de São Vicente sem carimbo e sem qualquer assinatura, e a mandatária trouxe para os autos um recibo de quitação de dívida no valor de 378\$ datado de 25 de setembro de 2020 e emitido pela Câmara Municipal de São Vicente em nome da Senhora Sulamita Fortes Coronel;

3.1. Com este acervo probatório, foi possível dar como provado somente que

3.1.1. A Senhora Sulamita Fortes Coronel tinha uma dívida de 378\$CV com a Câmara Municipal de São Vicente e que a mesma cidadã a satisfaz no dia 25 de setembro;

3.1.2. A Senhora Isidora Rodrigues dos Santos terá, na medida em que a mandatária da lista que integra o seu nome o admite, alguma dívida não-identificada com a Câmara Municipal de Cabo Verde;

3.2. Não se dá por provado que:

3.2.1. A Senhora Sulamita Fortes Coronel tenha neste momento dívidas fiscais com a Câmara Municipal de São Vicente;

3.2.2. A Senhora Sulamita Fortes Coronel esteja em mora com a referida edilidade;

3.2.3. A Senhora Isidora Rodrigues dos Santos tenha todas as dívidas arroladas pelo documento de notificação de dívida ou sejam todas elas cobráveis;

3.2.4. A Senhora Isidora Rodrigues dos Santos tenha sido notificada de eventuais dívidas e/ou interpelada a pagar;

3.2.5. A Senhora Isidora Rodrigues dos Santos esteja em mora com a Edilidade Leopoldina.

4. A base dessa metodologia de abordagem a este tipo de processo pode ser encontrada no Acórdão 14/2016, de 7 de agosto de 2016, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca dos Mosteiros, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 50, de 16 de setembro de 2016, pp. 1723-1733, segundo o qual: *“Esta é uma matéria de forte pendor constitucional se considerarmos que, na prática, o estabelecimento de critérios de elegibilidade ou, num prisma negativo, de inelegibilidade, confrontam em especial o direito de participação política dos candidatos e certas posições fundamentais de entidades como os partidos políticos e até direitos de proponentes de candidaturas, assumindo, pelo seu impacto inevitável sobre a extensão desses direitos, a natureza de restrição. Portanto, impedir que alguém se candidate por esses motivos configura afetação de posição jurídica fundamental. Não é por outra razão que o tratamento de qualquer restrição à capacidade de uma pessoa concorrer a cargo público é matéria delicada que exige sempre uma interpretação da legislação à luz do espírito da Constituição, valendo somente as que forem explícitas e determinando-se que a sua interpretação seja a mais estrita possível. Como lembra o autor de uma importante análise ao Código Eleitoral cabo-verdiano, Mário Silva, (2. ed., p. 43). “convém ter presente, pelo menos, duas regras fundamentais de interpretação que a doutrina avança: a primeira, traduz-se no princípio segundo o qual não há inelegibilidade sem uma norma expressa que a preveja, não podendo ser presumida em caso algum; a segunda, decorre do facto de, mesmo exigindo norma expressa que a preveja, essa norma deve ser objeto de interpretação restritiva, afastando-se a analogia e a interpretação extensiva. Estas regras ancoram-se no reconhecimento de que as inelegibilidades constituem limitações ao exercício do direito fundamental de aceder aos cargos públicos de natureza eletiva, donde a necessidade de algum comedimento na sua consagração e aplicação”. 2.1. Há, de facto, situações em que a Constituição consagra injunções de inelegibilidade e nestes casos não resta alternativa ao legislador que as concretiza, configurando a sua interpretação pelos aplicadores das normas, nomeadamente os tribunais, mais estritas. É o caso da norma que considera inelegíveis os candidatos a deputados à Assembleia Nacional ou para titular de órgão municipal que figuram em mais do que uma lista, nos termos do artigo 106 (3) (“Ninguém pode ser candidato por mais de um círculo eleitoral ou figurar em mais de uma lista, sob pena de inelegibilidade”) ou do candidato a Presidente da República que, por delimitação negativa, não seja cabo-verdiano de origem, possua outra nacionalidade, tenha menos de trinta e cinco anos à data da candidatura e, que, nos três anos imediatamente anteriores à mesma data não tenha tido*

residência permanente no território nacional. Isto porque, explicitamente, o artigo 110 da Lei Magna da República estabelece que “Só pode ser eleito Presidente da República o cidadão eleitor cabo-verdiano de origem, que não possua outra nacionalidade, maior de trinta e cinco anos à data da candidatura e que, nos três anos imediatamente anteriores àquela data tenha tido residência permanente no território nacional”. 2.2. Todavia, há outras em que a Lei Fundamental se limita a estabelecer uma permissão de criação de inelegibilidades eleitorais, gravitando em torno dos efeitos que sobre ela exerce o artigo 56, que consagra, precisamente, o direito de participação política. Foi redigido da seguinte forma: “1. Todos os cidadãos têm o direito de aceder, em condições de igualdade e liberdade, às funções públicas e aos cargos electivos, nos termos estabelecidos por lei. (...) 3. A lei garante a isenção e a independência do exercício dos cargos públicos só podendo, no acesso aos cargos electivos, estabelecer as inelegibilidades necessárias para garantir a liberdade de escolha dos eleitores e a isenção e independência do seu exercício”. Não será, seguramente, prosaico lembrar que este direito subjetivo encontra a sua base num dos pilares essenciais da nossa República, a soberania do povo, e no princípio democrático. Logo, é imperioso considerar a sua importância simbólica e prático-normativa. Decorre desses elementos que o direito de participação política nas suas dimensões ativa ou passiva, encontra-se entre os que dão sentido e estão ontologicamente ligados, por naturais, ao modelo de Estado que a Comunidade Política Nacional escolheu para si própria. Assim sendo, o número 3, só pode ser tido como descrevendo possibilidades excecionais. Aliás, esta mesma orientação decorre do artigo referente à elegibilidade de candidatos a deputados da nação, o qual dispõe que “São elegíveis os cidadãos cabo-verdianos eleitores ressalvadas as inelegibilidades previstas na lei” (art. 117), destacando-se o padrão da elegibilidade e a exceção da inelegibilidade. Como o Supremo Tribunal de Justiça enquanto Tribunal Constitucional já tinha decidido esta norma não deixa de projetar efeitos generalizados sobre qualquer forma de eleição, nomeadamente as referentes aos titulares de órgãos do poder local (Acórdão nº 4/2008, de 17 de abril de 2008, MpD c. Tribunal da Comarca de Santa Cruz, Rel: Manuel Alfredo Semedo, p. 6, lembrando que “a Lei Magna, no seu artigo 116 [renumerado], relativo às eleições parlamentares, não deixa de consagrar um princípio geral de direito eleitoral político que, quanto a nós, há de servir de paradigma para todas as eleições, autárquicas inclusive”). 2.3. Atendendo que causas de inelegibilidade configuram, objetivamente, uma afetação a esse direito fundamental de importância central, que, tendo a natureza de restrição a direitos só

podem ser efetivadas, como regra, quando presentes as condições que as permitem, concretamente as previstas pelo número 5 do artigo 17 da Constituição, que estabelecem os seus requisitos. Portanto, somente nos casos em que haja autorização constitucional e em que o legislador esteja a perseguir finalidade legítima, é que isso é possível. Não é nenhuma constatação nova da jurisdição eleitoral cabo-verdiana, antes decorrendo também do pronunciamento do Supremo Tribunal de Justiça, nas vestes de Tribunal Constitucional, considerando que “enquanto exceção à regra, segundo a qual todos os cidadãos maiores de dezoito anos são elegíveis, é por demais sintomático que as inelegibilidades assacadas a um cidadão cabo-verdiano com 18 anos ou mais acarretam, sem margem para quaisquer dúvidas, uma clara restrição ao direito político/subjetivo e, nessa medida, direito fundamental (...). Quer isto dizer muito singelamente que, para ter validade à luz da Constituição, o estabelecimento de restrições nesse âmbito deverá ser precedido de uma cuidada indagação sobre se, por um lado, elas estão autorizadas constitucionalmente, se não diminuem a extensão e o conteúdo essencial de direitos fundamentais, constitucionalmente consagrados, e, de outro, se são mesmo necessárias à salvaguarda de outros direitos constitucionalmente protegidos” (Acórdão nº 4/2008, de 17 de abril de 2008, pp. 6-7). Todavia, neste caso, o legislador constituinte não se contentou em condicionar a restrição do direito a invocação de interesse público constitucionalmente legítimo geral, mas fixou claramente os dois únicos, portanto especiais, que podem efetivamente justificar o estabelecimento de inelegibilidades eleitorais. Isto, no firme propósito de permitir a mais ampla participação política ativa e passiva em atos privilegiados de exercício da cidadania que são as eleições, e para garantir que, tirando situações muito bem justificadas, nomeadamente ligadas ao princípio republicano, o juiz final da adequação de um cidadão para ocupar cargo público eletivo deverá ser o detentor coletivo do poder político originário, o povo. Por conseguinte, a finalidade da norma restritiva criadora de base de inelegibilidade deve obrigatoriamente ancorar-se numa de duas finalidades legítimas: ou “garantir a liberdade de escolha dos eleitores” ou “a isenção e independência do seu exercício”. A primeira visa, naturalmente, preservar a autenticidade do ato eleitoral, para que, em última instância, seja refletida da forma o mais límpida possível a escolha livre e informada do eleitor, por um lado, e, para evitar que entidades que exerçam determinadas funções com conexão ao processo eleitoral no sentido amplo, possam delas se beneficiar, por outro. A propósito, foi o que mencionou entidade que promoveu a adoção do Código Eleitoral em 1999 ao sustentar que “todas essas inelegibilidades

gerais tinham a ver com a isenção da administração perante todo o processo eleitoral e tendo em conta que em todos os casos têm interferências com processos eleitorais. Outrossim, para que os actos eleitorais sejam completamente transparentes, isentos dentro do principio do tratamento igualitário perante todas as candidaturas, é que se propõe essas inegilibilidades gerais contidas no Código. Não sei se o Sr. Deputado está interessado em que eu explique cada um dos casos. O principio geral é esse, em cada caso, em cada matéria, em sede de cada estatuto poderá interferir com processos eleitorais nas suas diferentes fases e, substancialmente, em isenções relativamente ao tratamento igualitário, em campanhas eleitorais, por exemplo, na matéria judicial com tratamento dos casos judiciais, dos contenciosos, do favorecimento ou não de uma ou outra candidatura, em desfavor de outra e, com isso, se pretende o princípio da igualdade de tratamento de todos os candidatos que se apresentem as eleições” (Actas da Reunião Plenária de 12 de janeiro de 1999, V Legislatura, 7ª Sessão Legislativa, 1998-1999, Praia, Assembleia Nacional, 1999, p. 50). Neste sentido, esse interesse público, opera, sobretudo, no próprio período eleitoral. Por seu turno, a segunda almeja preservar interesse público em momento pós-eleitoral, tentando acautelar situações que envolvam interesses públicos relevantes, condicionando, deste modo, a elegibilidade do cidadão para evitar que, uma vez eleito, venha a utilizar-se da sua posição para conduta contrária aos interesses da coletividade. Seja como for, qualquer restrição dessa natureza especial, deverá ter na sua base objetivo que, em última instância, reconduz a essas finalidades.

2.4. Foi em razão disso que o Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, adotou uma abordagem individualizada e teleológica para escrutinar eventuais casos de inelegibilidade, sempre perguntado pelas finalidades que se propõem individualmente realizar, avaliando-as à luz do artigo 56 (3), com o fito de garantir que impedimentos à participação de candidato somente decorreriam de situações constitucionalmente legitimadas e claras. Este tipo de escrutínio estabelecido e consolidado por jurisprudência do órgão que antes assumia as funções deste Tribunal deve ser mantido, antes de tudo, porque a estabilidade da jurisprudência é valor importante, particularmente nesta matéria, haja em vista que promove a segurança jurídica, permitindo a organização das entidades concorrentes para pleitos eleitorais em conformidade, e presta o devido tributo à confiança que se deve ter na aplicação da lei eleitoral. E também porque o Tribunal Constitucional deve ser consequente no sentido de deferir em relação às orientações já estabilizadas do Supremo Tribunal de Justiça em matéria eleitoral, limitando-se a alterá-las em situações em que isso se justifique

verdadeiramente, mas, sobretudo, porque essa abordagem parece-nos correta no tratamento desta questão concreta das inelegibilidades. Portanto, não será por serem vinculativas no nosso sistema, mas, concretamente, por se estribarem em razões e sentidos suficientemente persuasivos para serem mantidos. Mesmo ao nível da densidade de controlo de inelegibilidade de candidato, a Constituição consagra uma norma que estabelece que “Implica, ainda, a perda de mandato qualquer inelegibilidade existente à data das eleições e conhecida posteriormente” (171 (2)), o que significa, conjugando com os outros dispositivos e com o sentido normal de priorização das liberdades e da democracia, que o controlo preventivo, feitos pelos tribunais de comarca e pelo Tribunal Constitucional, no caso das eleições legislativas e autárquicas, e pela última no concernente às eleições presidenciais, é importante, mas não é o único. Até porque, atendendo ao reduzido período de tempo para análise dos processos de candidatura por essas entidades judiciais, embora de forma distinta, consoante o peso concreto de cada base de inelegibilidade, há uma clara propensão legislativa para favorecer a participação política, o que tem os seus efeitos, tanto ao nível da análise do alcance de cada uma dessas bases, como também ao nível do tratamento do regime de provas”.

5. Em particular sobre os elementos jurídicos constitutivos desta causa de inelegibilidade o Tribunal Constitucional pode remeter para a jurisprudência que foi construindo em 2016 (*Acórdão 14/2016, de 7 de agosto de 2016, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca dos Mosteiros*, Rel: JC Pina Delgado; *Acórdão 16/2016, de 7 de agosto*, Rel: JC Pina Delgado, *Pedro Fernandes Pires e Adílson Emídio Spínola Monteiro (integrantes da lista GPAIS) v. Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 50, de 16 de setembro de 2016, pp. 1739-1743; *Acórdão 17/2016, de 7 de agosto, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 50, de 16 de setembro de 2016, pp. 1743-1750), a partir do *acquis* recebido do Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, que, depois de uma primeira desqualificação com base nessa causa (*Acórdão 3/2000, de 24 de janeiro*, Rel: JC Jaime Miranda, não publicado, p. 5), passou a adotar uma posição extremamente cautelosa e tributária da proteção do direito constitucional de participação política em causa (assim, a partir do *Acórdão 4/2004, de 19 de fevereiro*, Rel: JC Fátima Coronel, não-publicado, pp. 3-4, o *Acórdão 5/2004, de 20 de fevereiro*, Rel: JC Benfeito Ramos, não-publicado, p. 1; o *Acórdão 6/2004, de 20 de fevereiro*, Rel. JC João da Cruz Gonçalves, não-publicado, pp. 2-4;

Acórdão 8/2004, de 20 de fevereiro, Rel: JC Raul Varela, não-publicado, p. 1; Acórdão 9/2004, de 23 de fevereiro, Rel: JC João da Cruz Gonçalves, não-publicado, p. 4; Acórdão 12/2008, de 17 de abril, Rel: JC Raúl Varela, não-publicado, p. 6; Acórdão 5/2012, de 4 de junho, Rel: JC Raúl Varela, não-publicado, pp. 3-4; Acórdão 6/2012, de 4 de junho, Rel: JC Manuel Alfredo Semedo, não-publicado, pp. 2-3).

5.1. Neste sentido, nesta mesma decisão citada, pronunciou-se o Tribunal no sentido de que *“6.1.1. O artigo 420 do Código Eleitoral prevê efetivamente que os devedores em mora com o município e respetivos garantes são inelegíveis para os órgãos municipais. Fixa dois pressupostos cumulativos, a saber: a) débito com o Município; b) mora com o município. Portanto, esta causa de inelegibilidade aplica-se a cidadão que, devendo prestação atual ou passada ao Município, ainda a não realizou, por um lado, e também, conforme a legislação civil, àqueles que são garantes dos primeiros, desde que, também cumulativamente, estes estejam em mora. A justificação primária desta proibição, que, curiosamente, só é imposta ao candidato a cargo eletivo municipal, executivo ou deliberativo, só pode ser a de evitar que, sendo eleito, o candidato possa agir no sentido de não proceder ao cumprimento dessa obrigação. Todavia, isto é, no mínimo, discutível, tendo em atenção que a lei e o controlo financeiro a que estão sujeitos não o permitiria de forma abrangente, ainda que subsistam situações em que isso pode acontecer na prática, pelo menos no que tange a valores mais elevados. A segunda justificação teria na sua base a ideia avançada pelo comentário de Mário Silva de que “o legislador estabeleceu uma forte exigência ética na gestão municipal, partindo do princípio de que quem deve ao município não se encontra na melhor posição moral para cobrar os outros as dívidas que eventualmente tenham para com esta instituição” (2. Ed., p. 349). Sem a necessidade de discutir os seus méritos constitucionais, o Tribunal não deixa de registar que tais preocupações do legislador, financeiras e morais, são aplicáveis somente ao candidato a eleições municipais”, reconhecendo-se ainda que o “Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Constitucional, vinha adotando interpretação restritiva desse dispositivo, nomeadamente permissiva de um adimplemento posterior à apresentação da candidatura”, e que “também já havia sido decidido explicitamente que ao requerente cabe alegar tanto a dívida, quanto a mora do devedor e disso fazer prova, nomeadamente de terem sido cumpridos os procedimentos de cobrança previstos (...)”.*

5.2. Por conseguinte, para que essa causa de inelegibilidade que permite a desqualificação de candidatos integrados em listas eleitorais se configure num caso concreto é necessário que o recorrente cumulativamente prove que, a) exista dívida com o Município a cujos órgãos a pessoa se candidata; b) a dívida esteja em mora; c) a cobrança tenha decorrido de acordo com os procedimentos previstos pela lei e tenha sido interpelado para o fazer; e somente se no momento em que este Tribunal aprecia e decide o recurso ela ainda não tenha sido paga.

Com este quadro em mente, pode-se analisar as duas questões que decorrem dos pedidos feitos pelo recorrente, a primeira de se saber se a Senhora Isidora Rodrigues Santos tem dívidas em mora com a autarquia local e a segunda de se saber se a Senhora Sulamita Fortes Coronel tem dívidas em mora com o Município do Monte Cara.

6. A Senhora Isidora Rodrigues Santos é inelegível por ter dívidas em mora com o Município de São Vicente?

6.1. O recorrente alega, por um lado, que a Senhora Isidora Rodrigues dos Santos tem dívidas fiscais com o município por falta de pagamento do imposto único sobre o património, taxa de saneamento e foro e em seguida que está em mora porque não pagou o IUP nas datas previstas para o pagamento.

6.2. Em relação à existência da dívida,

6.2.1. A prova que o recorrente apresenta é um documento (nº 1) que porta as armas da República e com a inscrição Câmara Municipal de São Vicente chamado “Notificação de Dívida”; datado de 23 de setembro contém uma longa lista de tributos que se encontrariam nos serviços da edilidade para pagamento, perfazendo um valor total de 117.866\$CV.

6.2.2. Na sua resposta assinada pela mandatária das listas que integra aparentemente aceita que têm dívidas com o município (ponto 1), mas não fica claro se em relação a todas as que foram vertidas para o documento em causa.

6.2.3. O tipo de documento que foi apresentado não é desconhecido pela jurisdição constitucional, mas não deixa de causar a mesma perplexidade que já se tinha manifestado anteriormente quando no *Acórdão 14/2016, de 7 de agosto de 2016, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca dos Mosteiros*, Rel: JC Pina Delgado, para. 6.2.2, já tinha o chamado de “*prova curiosa*”. E, de facto, é, nomeadamente porque dificilmente pode, com tal natureza, ser chamado de notificação de dívida, quando muito sendo uma declaração de dívida; segundo, porque não porta qualquer assinatura de uma autoridade que possa controlar o acesso a informações de contribuintes.

6.2.4. Apesar disso, pode-se, no limite, aceitar que a Senhora Isidora Rodrigues dos Santos terá alguma dívida com o Município.

6.3. Porém, conforme a jurisprudência consolidada da jurisdição eleitoral cabo-verdiana isso não é suficiente, pois é preciso igualmente alegar e provar a mora em pagar a dívida.

6.3.1. Ora, a esta respeito, sendo verdade que o recorrente alega que é “*devedora em mora*” porque tanto ela quanto a sua correlegionária Senhora Sulamita Fortes Coronel, “*não pagaram os respetivos impostos (IUP) nas datas previstas*”, até porque, no seu entender “*mesmo que não lhe tivessem sido solicitado o pagamento, não cumpriram o disposto no número 3 do artigo 25º do regulamento do imposto único sobre o património (...)*”, até porque “*todos os cidadãos contribuintes sabem que o IUP, é pago anualmente no mês de [a]bril e em [s]etembro quando o montante da coleta for superior a 5 mil escudos*”, limita-se a alegar mora relativamente ao pagamento do imposto único sobre o património, nada dizendo sobre os demais tributos a respeito dos quais alega haver dívida.

6.3.2. Sendo esta a única alegação feita neste particular, somente esta será apreciada quanto à existência de prova da mora. E aqui a prova é inexistente precisamente porque, sendo o único elemento de prova a tal “notificação de dívida”, na medida em que está apesar do seu nome, não está acompanhada de qualquer documento de que foi dirigida à contribuinte nos termos da lei, cominando-se prazo para se efetuar o pagamento. Aliás, mesmo endereçado ao cidadão alegadamente com dívida pendente, muito dificilmente isso seria possível, considerando que esse documento data do dia 23 de

setembro, ou seja, um dia antes do próprio recurso ter dado entrada na Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente.

6.3.3. Tradicionalmente, o conceito de dívida em mora vem da dogmática jurídico- civilística que do ponto de vista legal remete para a ideia exposta pelo artigo 804 (2) do Código Civil de que “*o devedor considera-se constituído em mora quando, por causa que lhe seja imputável, a prestação, ainda possível, não foi efetuada no tempo devido*”, fixando-se igualmente que “*o devedor só fica constituído em mora depois de ter sido judicial ou extrajudicialmente interpelado para cumprir*” (art. 805 (1)). Aqui, claro está, não se está perante uma relação entre particulares, mas sim entre o fisco e um cidadão contribuinte, mas isso, longe de aligeirar as garantias processuais subjacentes, adensa-as, precisamente para que ele, por um lado, tenha conhecimento das dívidas cujo prazo já transcorreu e, assim, possa exercer qualquer oposição permitida por lei, seja questionando os valores, seja o prazo de pagamento ou qualquer efeito que possa ser prejudicial aos seus interesses. É o decorre do número 3 do artigo 93 da Lei Fundamental da República quando dispõe que “*ninguém é obrigado a pagar impostos que não tenham sido criados nos termos da Constituição ou cuja liquidação ou cobrança se não façam nos termos da lei*”, que reforça nesta esfera o próprio direito à propriedade privada reconhecido pelo artigo 69 pois na medida em que o Estado está autorizado a impor tributos às pessoas nos termos da Lei Fundamental e assim obter receitas originadas no património das pessoas isso somente pode ser conduzido de acordo com a lei e executada num quadro de respeito por um conjunto de garantias do cidadão-contribuinte.

6.3.4. No caso concreto, a legislação relevante seria a que regulamente o imposto único sobre o património que no seu dispositivo relevante, de resto invocado pelo recorrente, dispõe que “*1. O serviço de administração fiscal municipal enviará a cada sujeito passivo, até ao fim do mês anterior ao do pagamento, a competente nota de cobrança, com discriminação dos prédios, suas partes susceptíveis de utilização independente, respectivo valor tributável e colecta; 2. No mesmo período, estarão disponíveis, no serviço de administração fiscal municipal, listas contendo os elementos referidos no número anterior, que poderão ser aí consultadas pelos interessados; 3. Caso o contribuinte não receba a nota de mencionada no nº 1, deverá solicitar à repartição municipal de finanças da área da situação dos prédios, uma 2ª via*”.

A este respeito, por um lado, um dos argumentos possíveis é que houve comunicação da dívida que constituiria a base da mora da visada por meio da emissão da “Notificação da dívida” da Câmara Municipal. Mas, este argumento não tem muita base para prosperar, como, de resto, o Tribunal já havia entendido em outro julgamento recente, quando asseverou que *“Não há nenhum registo de entrega da ‘Notificação de dívida’ aos sujeitos passivos e sequer, conforme determina a Lei do Imposto Único sobre o Património, a ‘Nota de Cobrança’ a que se refere o artigo 25 (1), conforme o qual “o serviço de administração fiscal municipal enviará a cada sujeito passivo, até ao fim do mês anterior ao do pagamento, a competente nota de cobrança, com discriminação dos prédios, suas partes suscetíveis de utilização independente, respetivo valor tributável e coleta”*. 6.2.3. Portanto, sem este elemento não se fez prova de dívida em mora nos termos da lei, até porque mesmo que o documento apresentado seja considerado uma nota de cobrança é de elementar lógica que os devedores tomem dela conhecimento e que tenham o período legal para voluntariamente adimplir as suas obrigações tributárias ou fazer uso das garantias que a Lei lhes confere. Não se apresentando outro documento anterior em que os cidadãos cuja candidatura ora se impugna tenham sido notificados para tanto das alegadas dívidas fiscais, não seria um que transporta data posterior à fixada para a entrega das próprias candidaturas e do qual não consta qualquer registo de receção pelo interessado que pode produzir esse efeito. Por conseguinte, o Tribunal não pode considerar que se provou que os cidadãos supramencionados estão em situação com dívidas em mora em relação ao Município dos Mosteiros de tal sorte a poderem ser considerados inelegíveis” (Acórdão 14/2016, de 7 de agosto de 2016, PAICV v. Tribunal Judicial da Comarca dos Mosteiros, Rel: JC Pina Delgado, para. 6.2.3).

6.3.5. O argumento novo que o recorrente traz a este Tribunal é que, não obstante não se ter materializado essa comunicação da dívida pela Câmara Municipal por força do número 3 do artigo 25 do Regulamento UIP, a Senhora Isidora Rodrigues Santos deveria ter tomado a iniciativa e solicitado outra via à administração fiscal local. É uma interpretação interessante, mas não menos inaceitável. Primeiro, porque essa norma não retira responsabilidade aos serviços fiscais da edilidade de enviarem a nota de cobrança, não havendo nem alegações nem muito menos prova de que o tenha feito. O que se impõe e discutivelmente ao contribuinte é pedir uma segunda via e não a primeira via, pois se administração não é diligente para receber os seus créditos, não o será também o contribuinte; segundo, porque associado a isso, do ponto de vista constitucional, impor

ao cidadão que seja ele a recorrer à Câmara Municipal para receber uma nota de cobrança de imposto parece claramente excessivo por si só. Se, de facto, nenhum cidadão pode alegar o desconhecimento da lei para não a cumprir, muito menos poderá uma entidade pública como a Câmara Municipal de São Vicente caso não tenha enviado a competente nota de cobrança. De resto, mesmo que se aceitasse que a visada não cumpriu o prescrito pelo número 3 do artigo 25 do supracitado regulamento disso não decorre necessariamente que esteja com uma dívida em mora, mais uma vez porque esta depende de uma comunicação clara por parte de um credor ou de um órgão judicial para pagar, o que neste caso não se cumpriu.

6.4. Pelo exposto, não se pode dar provimento à alegação de que a Senhora Isidora Rodrigues dos Santos está em mora com a Autarquia de São Vicente a cuja Assembleia Municipal concorre, assim nada obstando que o faça.

6.5. Dito isto, convém registar que, perante esta decisão, não cabe ao Tribunal se pronunciar, pelo menos nesta fase, sobre o pedido feito pela mandatária das listas da UCID de substituição da Senhora Isidora Rodrigues Santos e de se promover consequentes reajustes nas duas listas apresentadas pela UCID admitidas pelo 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente. Para todos os efeitos, no entender deste Tribunal Constitucional o motivo da impugnação que punha alguma dúvida sobre a sua admissão não impede que a referida cidadã seja elegível nas eleições municipais de 25 de outubro de 2020; a caber qualquer substituição de candidatura admitida e afixada ela deve ser feita nos termos da lei e perante autoridade competente.

7. A Senhora Sulamita Fortes é inelegível por ter dívidas em mora com o Município de São Vicente?

7.1. No que diz respeito à Senhora Sulamita Fortes, diz-nos o ilustre recorrente que é devedora em mora de 360\$CV por não pagamento da taxa de saneamento.

7.2. Quanto à dívida,

7.2.1. A prova pelo recorrente apresenta é o mesmo tipo de documento, o qual, por motivos evidentes, dispensa mais comentários;

7.2.2. A visada não negou a dívida, mas informou que a adimpliu voluntariamente, o que demonstra apresentando o competente recibo emitido pela Câmara Municipal de São Vicente com todos os carimbos e assinaturas da praxe.

7.3. Portanto, relativamente à dívida, na medida em que o que interessa é o momento em que o Tribunal aprecia a questão e não o da apresentação ou admissão da candidatura, ela deixou de existir.

7.4. Não subsistindo qualquer dívida carece de análise a questão da mora, até porque conduziria à mesma decisão que decorre do ponto anterior deste aresto.

7.5. De resto, convenhamos que dificilmente corresponderia à teleologia desta norma, por si só restritiva e desigual, porque só aplicável a candidatos às eleições de titulares de órgãos municipais, impedir que uma cidadã possa exercer o seu direito político por ter uma dívida irrisória de 360\$CV(!!!).

7.6. Portanto, a resposta a esta questão é óbvia, na medida em que sendo de se dar por provado que esta cidadã tinha uma dívida de valor irrisório com o Município, que reconheceu, deixou de a ter, e sem que se possa dar por provado que chegou a estar em mora e que se procedeu à sua cobrança de acordo com o prescrito na lei respetiva, a partir do momento em que voluntariamente a adimpliu, fazendo disso prova nos autos. Assim sendo, a Senhora Sulamita Fortes Coronel não está abrangida pela causa de inelegibilidade invocada pelo recorrente.

8. Em suma, esta é uma questão recorrente que o Tribunal já tinha assentado posição. A rejeição de um candidato é medida tão gravosa ao direito de participação política que só pode ser concebida e concedida quanto há claramente um fator de inelegibilidade.

Em relação à causa de inelegibilidade específica da dívida em mora com o município, o Tribunal não desconsidera a sua importância no sentido de garantir que os titulares de tais órgãos autárquicos são cidadãos idóneos e cumpridores dos seus deveres fiscais e de impedir que os eleitos municipais tenham algum comportamento menos próprio de favorecimento dos seus interesses a esse nível. Porém, repete, que só está

disposto a certificar alegações de rejeição por esse motivo se, por um lado, de forma cumulativa, os recorrentes tragam ao Tribunal alegações de dívida e de mora, devida e autonomamente fundamentadas e instruídas com documentos camarários idóneos devidamente obtidos, que comprovem a dívida e a mora, que atestem que ela foi notificada ao contribuinte e que este foi interpelado a pagar e não o fez, e, do outro, se entretanto, ela, no lapso de tempo que medeia o recurso e a decisão do Tribunal, ainda subsistir, por não ter sido liquidada pelo candidato.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, acordam negar provimento ao recurso, confirmando a decisão recorrida nos seus precisos termos.

Registe, notifique e publique.

Praia, 26 de setembro de 2020

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 29 de setembro de 2020.

O Secretário,

João Borges